

IMAGINÁRIOS PAISAGÍSTICOS EM CONFLITO NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA

Thomas D. Rogers¹

Resumo

Este ensaio trata das diferenças entre trabalhadores da cana e senhores de engenho em termos de mentalidade. Mais especificamente, faz-se uma abordagem das idéias sobre meio ambiente utilizando o conceito de “paisagem,” que combina aspectos culturais e materiais. As questões do poder e da capacidade de mandar têm papéis importantes na visão dos senhores. Caracteriza-se aqui essa visão como “laboring landscape”.

Palavras-chave: Paisagem; trabalhadores rurais; senhores de engenho

Abstract

This essay addresses the differences between sugarcane workers and cane planters in Pernambuco in terms of their respective mentalities. Specifically, the essay characterizes the groups' respective views of the environment using the concept of “landscape,” which combines both cultural and material realities. Questions of power and the capacity to command play important roles in the vision of the planters, which is here characterized as a “laboring landscape.”

Keywords: Landscape; rural workers; cane planters

Introdução

Meu projeto trata do território comum entre história do trabalho e história do meio ambiente.² Creio que existe, neste território compartilhado, terra fértil para uma nova sub-disciplina que ofereceria novas perspectivas sobre as vidas de trabalhadores e mudanças no meio ambiente. Porém, trabalho neste ensaio uma questão que pertence mais ao âmbito da história intelectual. Pretendo aqui construir um esboço de dois “imaginários paisagísticos”, em conflito na zona da mata: o da elite regional e aquele dos trabalhadores do açúcar. Essas duas classes moram no mesmo mundo, mas, proponho aqui, vêem paisagens diferentes. Os senhores de engenho e os porta-vozes deles na elite intelectual vêem, no domínio do engenho, um território que trabalha exclusivamente para eles e sobre o qual mandam. Além disso, incluído no território está o poder produtivo dos trabalhadores. Então, os senhores tratam dos elementos da paisagem sem perceber distinções: mata, rio, canavial, trabalhador. Os trabalhadores, por outro lado, vêem no ambiente uma paisagem definida por poder, sim, mas ainda como espaço para suas vidas. Nos interstícios do poder do senhor, existem história, tradição, cultura: os elementos de vidas particulares.

O termo “paisagem” é de uso cotidiano para geógrafos, mas é usado muito menos por historiadores. A paisagem tem vários sentidos que funcionam simultaneamente. Sobretudo, o conceito abrange representação e “realidade” ou materialidade. Quer dizer, a paisagem é uma idéia constituída pelas descrições do povo e, portanto, existe na mente. Mas também é uma realidade física, é um pedaço do território. Esse território tem uma história própria, com padrões de utilização humana e talvez momentos de drama ou notoriedade. Quando alguém vê a paisagem, essas histórias, esses usos, essas descrições e a materialidade física se combinam para formar a própria paisagem.³

¹ Professor e pesquisador no Departamento de Africana Studies e no Programa de Latin American Studies da Universidade de Carolina do Norte, Charlotte, EEUU. Pesquisador associado ao Departamento de História da UFPE. O autor agradece a Mateus Samico Simon e José Marcelo Marques Ferreira Filho pela revisão da tradução do presente trabalho. TomRogers@uncc.edu

² ROGERS, Thomas D. *The Deepest Wounds: The Laboring Landscapes of Sugar in Northeastern Brazil*. Ph.D. dissertation, Duke University, 2005.

³ O conceito da paisagem tem uma história específica na obra de Gilberto Freyre. Para uma discussão das idéias

O imaginário da elite: “paisagens que trabalham”⁴

No Pernambuco colonial, senhores de engenho enfatizavam o *efeito* da posse de propriedade em vez do *fato* da posse. Eles reconheciam a importância de controlar a terra e mandar nos recursos, e desprezavam a execução da cerimônia de posse representada por notários e agrimensores. Nesse mundo, o poder de propriedade foi reconhecido sem título escrito em cartório. O resultado dessa atitude foi uma elasticidade no entendimento de quais elementos, exatamente, foram postos sob o efeito de posse. Na sociedade brasileira escravocrata, a obrigação de obedecer estendeu-se bem além do escravo.⁵ Senhores de engenho tomaram o direito de mandar no trabalho da mesma maneira que mandavam na terra, porque terra tinha pouco valor sem trabalho. Essa perspectiva contribuiu à ligação íntima entre trabalho e terra na mentalidade dos senhores de engenho do século XIX, e tinha consequências importantes na forma de continuidades na formação social depois da abolição da escravidão.⁶

A transição ao trabalho livre: Joaquim Nabuco

Na sua obra, Joaquim Nabuco associou escravidão ao sistema social que sustentou a instituição. Para ele, o cativo legal definiu o caráter da sociedade brasileira. Ele incluía natureza e terra quando citou as vítimas destruídas pela escravidão; clarificou que a escravidão prejudicou os humanos e o meio ambiente.⁷ *O Abolicionismo* contém frases enfáticas sobre a força da escravidão em agredir a “*Natureza, estragada e exausta*”.⁸ Mas no fim da sua vida, Nabuco descreveu os canaviais pernambucanos em termos distintos, que refletiram uma visão carinhosa da paisagem regional. Na sua autobiografia, de 1900, o ódio em relação à escravidão desapareceu em trechos nos quais Nabuco expressou saudades do sistema social contemporâneo a sua infância. Admitiu que a escravidão foi preservada na memória “*como um jugo suave*”. Continuou sobre as “*relações fixas entre o senhor e os escravos [que] tivessem feito de um e outros uma espécie de tribo patriarcal isolada do mundo*”.⁹

O amor de Nabuco por este modelo de relações sociais estava ligado à paisagem açucareira, coisa que ele descreveu em maneiras esquisitas e interessantes. “*A escravidão (...) espalhou por nossas vastas solidões uma grande suavidade (...) é ela o suspiro indefinível que exalam ao luar as nossas noites do Norte*”.¹⁰ Assim, Nabuco evocou o que para ele foi um aspecto vago mas não totalmente mau da instituição da escravidão.

Os escritos de Nabuco variam entre um abolicionismo vigoroso e memórias nostálgicas. Na perspectiva dele, o trabalho escravo moldou e imprimiu uma natureza sem

dele nessa área, ver: ROGERS, Thomas D. “Beyond Science, More than Culture: Gilberto Freyre’s Sugar Landscape of Northeast Brazil”. Comunicação apresentada no XVIII Congresso da Associação de Estudos Brasileiros, Nashville, TN, outubro, 2006.

⁴ “*Laboring Landscape*”. Conceito elaborado no texto “*Laboring Landscape: the Environmental, Racial and Class Worldview of the Brazilian Northeast’s Sugar Elite, 1880s-1930s*”. In: *Luso-Brazilian Review*, 46, nº 2 (2009): 22-53.

⁵ FRENCH, John D. “A História Latino-Americana do Trabalho Hoje: Uma Reflexão Auto-Crítica”. In: *Revista de Historia*. UNISINOS, Rio Grande do Sul, no. 6. 2002, p. 14-15.

⁶ CARVALHO, José Murilo de. “Modernização Frustrada: A Política de Terras no Império”. *Revista Brasileira de História* 1, 1981, p. 51.

⁷ Para uma discussão interessante dessa temática, ver: PÁDUA, José Augusto. “‘Cultura esgotadora’: agricultura e destruição ambiental nas últimas décadas do Brasil Império”. In: *Estudos de Sociedade e Agricultura* 11, 1998, p. 160.

⁸ NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 146.

⁹ NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Introdução de Gilberto Freyre. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 132.

¹⁰ Idem, p. 131.

forma, produzindo o Nordeste que ele conhecia e amava; produzindo, quer dizer, uma paisagem própria. Além disso, Nabuco não diferenciou entre os elementos daquela paisagem. Sua descrição da escravidão se confundiu com a descrição de escravos, implicando uma tendência de não ver uma distinção entre os trabalhadores africanos e a condição deles de cativo. Ele categorizou os trabalhadores negros no mesmo nível de burros e bois. De fato, o escravo foi igualado à terra, tendo sido “violado” pela instituição da escravidão. A paisagem do Nordeste foi, para Nabuco, um terreno trágico de trabalho africano: uma paisagem que trabalha.

A perspectiva dos anos 30: José Lins do Rêgo e Júlio Bello

Achamos no escritor José Lins do Rêgo e no senhor de engenho Júlio Bello uma consonância com a visão de Nabuco, mas nos anos 30 do século XX. Ambos miraram às transformações do tempo através de seus efeitos na terra, ligando mudanças na estrutura social a mudanças na paisagem. Lins do Rego e Bello lamentaram a destruição (por usinas, sobretudo) de uma paisagem que amavam. Essa paisagem, para eles, representou uma ordem natural do mundo.

Bello escreve que *“a mim, poucas coisas interessavam tanto a minha sensibilidade como ver um velho escravo dos raros que subsistem (...). Vendo-os recordo com íntima saudade aqueles que conheci, criança, atrelados ao serviço do engenho como bois e burros”*.¹¹ O alter-ego de Lins do Rego, Carlos, observa os trabalhadores no engenho do avô: *“O costume de ver todo dia esta gente na sua degradação me habituava com a sua desgraça. Nunca, menino tive pena deles. Achava muito natural que vivessem dormindo em chiqueiro, comendo um nada, trabalhando como burros de carga”*. O uso da palavra “natural” frisa a mentalidade do senhor de engenho: presunções de poder abrangem trabalhadores e o mundo ao redor.

O escritor deixa bem claro essa perspectiva no resto da passagem: *“A minha compreensão da vida fazia-me ver nisto uma obra de Deus. Eles nasceram assim porque Deus quisera, e porque Deus quisera nós éramos brancos e mandávamos neles. Mandávamos também nos bois, nos burros, nos matos”*.¹² Este trecho também dá ênfase ao papel crítico da cor, demonstrando continuidades de uma forma de escravidão com raízes raciais.

No processo de erosão do poder da velha classe patronal (na consolidação do poder das usinas), Bello e Lins do Rego temiam o transtorno do balanço “natural” da região açucareira. Argumentaram que trabalhadores e terra foram juntos degradados pela indústria moderna e eficiente. Mas eles denunciaram a degradação da terra porque, nas palavras de Bello, *“a terra conferia foros de nobreza”*.¹³ Bello e Lins do Rego não estavam sozinhos nessa forma de sentimentalismo; muitas figuras da região, inclusive Francisco Julião e “Tenente” Azevedo se reconheceram e se identificaram com os livros de Lins do Rego.¹⁴

Sintetizando o imaginário da elite: “paisagens que trabalham”

A *“paisagem que trabalha”* – a visão da elite foi (e é) um conceito móvel, compartilhado e persistente. Essa paisagem foi vista em toda a zona da mata, do Rio

¹¹ BELLO, Júlio. *Memórias de um Senhor de Engenho*. Prefácio de Gilberto Freyre, José Lins do Rego. 3 ed. Recife: FUNDARPE, 1985, p. 217.

¹² RÊGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1986, p. 134.

¹³ BELLO, Júlio. *Memórias de um Senhor de Engenho*. Op. cit., p. 179.

¹⁴ Francisco Julião Arruda de Paula, entrevista com Eliane Moury Fernandes, Recife, 1982, CEHIBRA-Fundação Joaquim Nabuco, 1. FERNANDES, Aníbal. *Um Senhor de Engenho Pernambucano*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1959, p. 79.

Persinunga de Bello ao Rio Paraíba de Lins do Rego. Talvez outras pesquisas demonstrarão que o conceito também pode ser aplicável ao Caribe e outras áreas açucareiras. As ligações entre a obra de Nabuco, a autobiografia de Bello, a ficção de Lins do Rego e as idéias de Gilberto Freyre indicam uma continuidade através de tempo e espaço.¹⁵ Eles combinaram terra e trabalho para formar um todo, orientado para a produção e prestígio, e sem distinção entre a força humana e a força natural que sustentaram a fabricação de açúcar.

Podemos explicar essa continuidade com o conceito de ‘habitus’, elaborado por Pierre Bourdieu. Ele descreve ‘Habitus’ como “*um sistema socialmente constituído de estruturas cognitivas e de ação*”. ‘Habitus’ é formado por “*esquemas de percepção e apreensão*” que se revelam somente através de ação. Bourdieu também descreve ‘habitus’ como “*história feita natureza*”. Isto é, um indivíduo aprende entendimentos, sistemas de sentido, costumes do seu grupo social específico e da estrutura social mais ampla. Todos esses elementos se constituíram num processo histórico. “*Indivíduos levam consigo, em cada momento e espaço*”, escreve Bourdieu, “*suas posições presentes e passadas na estrutura social*”. Esse autor insiste que “*relações ‘interpessoais’ nunca são (...) relacionamentos indivíduo-a-indivíduo e (...) a verdade da interação nunca é contido inteiramente na interação*” porque cada indivíduo traz uma acumulação de atitudes culturais. ‘Habitus’ abrange não só maneiras de pensar o mundo, mas também um modo de ser no mundo.¹⁶ Quase quatro séculos de escravidão informam o ‘habitus’ dos senhores.

Para melhor utilizar o conceito de ‘habitus’, podemos alterar uma das fórmulas de Bourdieu: não só história feita natureza, mas natureza feita história. Membros da elite incorporaram a natureza numa história específica que eles narraram, e que estruturou suas memórias de natureza. A extensão do poder da elite ao meio ambiente ocorreu através dos corpos dos trabalhadores, logo os dois (ambiente e trabalhador) foram assimilados na memória da elite.

O ‘habitus’ da elite se centralizou em autoridade, comando e força, uma atitude caracterizada pelo verbo “mandar.” No cotidiano prático das vidas dos senhores de engenho durante o período da escravidão, seguindo o seu ‘habitus’ de classe, eles exerceram o privilégio de mandar, garantido por poder. Nabuco descreveu como uma atitude de mandar tornou-se a característica central de escravidão, apesar de ter continuado também depois da abolição. No período depois do fim da escravidão, trabalhadores labutavam sob o que foi chamado por Denise Soares de Moura “*a herança cultural paternalista brasileira, associada à violência e às relações personalizadas de poder*”. Moura continua no seu estudo de São Paulo cafeeiro, “*o mandonismo latente nos sentimentos dos senhores se espraiasse pela relação de trabalho*” e ampliamos muito além.¹⁷ Estes sentimentos foram igualmente aplicáveis às atitudes pernambucanas de poder e controle.¹⁸

¹⁵ Para Freyre, ver: ROGERS, Thomas D. “Laboring Landscapes: The Environmental, Racial, and Class Worldview of the Brazilian Northeast’s Sugar Elite, 1880s-1930s”. Manuscrito, 2006.

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press. 1977, p. 76, 17, 18, 78, 82, 81, 15. Ênfase minha.

¹⁷ MOURA, Soares de. *Saindo das Sombras. Homens Livres no Declínio do Escravismo*. São Paulo: FAPESP, 1998, p. 141. Ênfase minha.

¹⁸ A centralidade de mandar aparece freqüentemente nos escritos de intelectuais e observadores da zona da mata. Ver: MILLIET, Sérgio. “A Obra de José Lins do Rêgo”. In: REGO, José Lins do. *Fogo Morto*. 6a edição. Rio de Janeiro: José Olympio. 1965. MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira, 1933-1974*. 9ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1994, p. 55.

Freyre cativou a sutileza e centralidade do conceito de mandar num ensaio sobre o século de transição entre 1825 e 1925. Ele citou um senhor de engenho, dizendo sobre seus próprios colegas que são: “*pregadas às terras ‘como as ostras ao rochedo’*”. A ligação, Freyre declarou, foi “*a tarefa de mandar*”. “*Era um mando que exigia uma superior tensão de vontade e também uma constante acção directa*” e como observou Tollenare no século anterior, os senhores estavam “*certos do prestígio da voz e do gesto*”.¹⁹ Não foram ligados como ostras ao rochedo, foram dedicados ao poder garantido pela terra. Moravam dentro e personificavam aquele poder.

Sobre uma experiência de infância num engenho de açúcar, Gregório Bezerra relata que, quando o dono alugou o engenho “*o novo ocupante era o dono da casa grande, do engenho e de tudo, inclusive dos habitantes*”.²⁰ Vimos nesta fórmula um paralelo exato com o trecho de *Menino de Engenho* citado acima.²¹ Ambos classificam natureza humana e não-humana sob a dominação senhorial.

A paisagem da elite tornou a ser um depósito de entendimentos compartilhados de autoridade, deixando o território açucareiro como representação espacial de um passado coletivo. A elite expressa saudades desse mundo perdido usando a linguagem de lugar e espaço porque o que lamenta é a perda de uma paisagem que caracterizava o mundo dos engenhos. Simon Schama escreve sobre paisagem: “*é uma obra da mente. O cenário dela é construído tanto por camadas de memória como por camadas de pedra*”.²²

Poder na paisagem dos trabalhadores

Na vida cotidiana, a apreensão física de um lugar combina-se com idéias e sentimentos sobre esse lugar, e assim se forma uma paisagem: alguma coisa vista e também sentida. Para os trabalhadores, o trabalho tem um papel importante na sua apreensão da paisagem açucareira. Além de gerar um conhecimento sobre a natureza, seu trabalho contribuiu à construção de sentidos ao redor do meio ambiente dentro do qual eles trabalhavam. “*Trabalho*”, escreve Richard White, “*envolve seres humanos com o mundo tão completamente que eles nunca podem ser desenredados*”.²³ A intimidade das ligações entre trabalhadores e terra é construída através da corporalidade do trabalho. Eles são transformados (pensamos em injúria, efeitos no corpo), e eles transformam os canaviais. O geógrafo Tim Ingold escreve que paisagem é: “*constituída como um documento duradouro, e testemunha, das vidas e obras de gerações passadas que moraram dentro dela e, assim, deixaram ali alguma coisa própria*”.²⁴

A vida cotidiana nos engenhos também contribuiu ao sentido mais abrangente da paisagem regional.²⁵ Percorrendo um engenho, por exemplo, um trabalhador pode olhar uma árvore ou trilha e pensar em nomes associados a pessoas ou eventos da memória coletiva (ver

¹⁹ FREYRE, Gilberto. “Aspectos de um Século de Transição no Nordeste do Brasil”. In: *Região e Tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941, p. 175-176.

²⁰ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980, p. 51.

²¹ Gregório Bezerra nasceu em 1900, Lins do Rêgo em 1901. A experiência que Bezerra descreve ocorreu em 1907. Ibidem.

²² SCHAMA, Simon. *Landscape and Memory*. New York: Vintage, 1995, p. 7.

²³ WHITE, Richard. *The Organic Machine*. New York: Hill and Wang, 1996, p. 7.

²⁴ INGOLD, Tim. “The Temporality of Landscape”. In: *World Archaeology* 25, no. 2. 1993, p. 152.

²⁵ Seguindo o exemplo de Heidegger, eu não separo “vivendo” e “trabalhando” em categorias diferentes. HEIDEGGER, Martin. “Building Dwelling Thinking”. In: KRILL, David Farrell. Ed. *Heidegger, Martin: Basic Writings*. San Francisco: Harper San Francisco, 1993, p. 349. CASEY, Edward S. “How to Get from Space to Place in a Fairly Short Stretch of Time: Phenomenological Prolegomena”. In: FLED, Steven and BASSO, Keith H. Eds. *Senses of Place*. Santa Fe: School of American Research Press, 1996, p. 39. BASSO, Keith H. “Wisdom Sits in Places: Notes on a Western Apache Landscape”. In: Idem, p. 54.

a obra de Luís da Câmara Cascudo sobre este assunto).²⁶ O espaço ao redor de alguém adquire sentidos e importância no processo do tempo, e a subjetividade daquela pessoa torna-se intimamente ligada àquele espaço. O antropólogo Keith Basso escreve, “*quando lugares são sentidos ativamente, a paisagem física torna-se ligada às paisagens da mente*”.²⁷ Um trabalhador jovem entrevistado em 2003 explicou, “*a gente que vive aqui, a gente já faz parte dessa terra (...) aí é por isso que o povo diz cada pessoa no seu lugar*”. Ele já trabalhara por uns anos no Recife e o caracterizou como “quente,” uma qualidade que tinha sentido metafísico além do climático. A cidade sempre era cheia de energia, inclusive energia perigosa. Ele não gostava; queria ficar na zona da mata porque “*faço parte dessa terra*”.²⁸

Um trecho da autobiografia do trabalhador rural e depois senhor de engenho Severino Moura ecoa a lógica do trabalhador jovem. Moura declarou, sobre sua viagem do agreste à zona da mata buscando trabalho, que quis um “casamento” com a região, e não “*um namoro, sem conseqüências, com as novas paisagens*”.²⁹ E, no curso do livro, fica claro como foram importantes os lugares na vida dele. Ele discute muitas de suas memórias numa maneira que revela a ênfase que dá ao meio ambiente. Quando foi elevado à posição de chefe do campo (na Usina Pedrosa), ele relata a conversa que ocorreu “*embaixo de um pé de cajá no engenho Estrela Polar, conhecido como LEVAS*”.³⁰

O poder reside no coração da visão que a elite tem da paisagem açucareira. E trabalhadores também reconhecem a centralidade do poder na paisagem deles. Até a linguagem dos trabalhadores demonstra a importância do poder nas relações sociais dos engenhos. Lygia Sigaud observa que trabalhadores usam o termo *camponês* para “*se situar na sociedade mais ampla, ou seja, transcender os limites do engenho*”. No termo, “*o trabalhador investe a representação que ele se faz de seu valor e de sua potencialidade (em termos de força)*”. Entretanto, “*o termo camponês nunca seria empregado num contexto estritamente interno ao sistema*”. Ao falar sobre relações com senhores, empreiteiros e outros dentro do engenho, trabalhadores usam os termos “trabalhador” ou “pobre”.³¹ Então, o único termo que implica um sentido de força nunca é usado com referência ao engenho, um fato que aponta o poder desmobilizante do sistema de relações sociais baixo o controle do senhor.

Moura também conhecia manifestações cotidianas de poder. Por exemplo, os Cavalcantes da Usina Pedrosa construíram um cinema para os trabalhadores da usina.

“A cadeira do sr. Carlinhos, gerente da Usina, ficava colocada no lugar de melhor visibilidade (...) Nos cartazes se lia que o início do filme era às 19 horas, no entanto, era terminantemente proibido iniciar antes da chegada do gerente, que não me recorde se uma só vez chegou às 19 horas. Sempre chegava após as 19:30 horas. Sentava, apertava a cigarra e tinha início a projeção”.³²

Já que as operações de poder ocupam tão importante posição nas vidas dos trabalhadores, um entendimento da paisagem deles depende de um entendimento da espacialidade de poder no engenho. As estruturas de um engenho típico são pontos em espaços cheios de sentidos. A dinâmica das relações de poder literalmente tomou forma

²⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. *Sociologia do Açúcar*. Rio de Janeiro: IAA, 1971, p. 248.

²⁷ BASSO, Keith H. “Wisdom Sits in Places”. In: FLED, Steven and BASSO, Keith H. Eds. *Senses of Place*. Op. cit. p. 55.

²⁸ Entrevista com R.N. 25 de janeiro de 2003, Engenho Humaitá, Município Palmares, Usina Catende.

²⁹ MOURA, Severino Rodrigues de. *Memórias de um Camponês*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1978, p. 17.

³⁰ Idem, p. 198.

³¹ SIGAUD, Lygia. “A Morte do Caboclo: Um Exercício sobre Sistemas Classificatórios”. In: *Boletim do Museu Nacional* 30, 1978, p. 8-13.

³² MOURA, Severino Rodrigues de. *Memórias de um Camponês*. Op. cit., p. 67.

através da planta do engenho. Casas representavam claramente os diferentes níveis de poder. O centro do poder era a casa-grande. Gilberto Freyre prestou muita atenção à casa-grande, e ao espaço da casa em geral. Esta atenção revela a perspectiva Freyreana, o ponto do qual ele via e analisava a vida do engenho. José Lins do Rego adotou a mesma perspectiva, o que Durval Muniz de Albuquerque caracterizou como a visão “*desde o pátio da casa-grande*”.³³ O próprio pátio era muito importante. Era o espaço, por exemplo, onde trabalhadores iam para pedir favores.

A importância desse espaço foi provada num episódio violento do ano tumultuoso de 1963. O senhor de engenho José Lopes da Siqueira Santos matou cinco trabalhadores frente a seus colegas, no pátio do engenho, onde também os enterrou. Este ato de brutalidade enfatizou e, ao mesmo tempo, contribuiu ao poder simbólico do pátio da casa-grande. Foi um ato territorial de poder: os trabalhadores pagaram com a vida a transgressão de desafiar a autoridade.

Da casa-grande às casas dos trabalhadores, a perspectiva muda. Em vez de sentirem-se no controle da paisagem, os trabalhadores tinham que negociar um espaço controlado pelo senhor. A possibilidade de um trabalhador obter uma casa e roçado, ou talvez um sítio, era sempre sujeita à negociação com o senhor. Trabalhadores exerciam uma influência modesta nos termos de moradia e a opção de mobilidade (indo a outro engenho) ajudava nesse respeito. Mas um entendimento bom entre trabalhador e senhor dependia da lealdade do trabalhador e confiança do senhor. Sigaud escreve, “*no ato de dar um sítio já feito ou de autorizar o morador a fazê-lo em uma extensão de terra determinada, o patrão também dizia simbolicamente que o apreciava, que o queria bem e que desejava que ele ficasse*”.³⁴

A questão do acesso à terra foi importante para trabalhadores e nos ensina sobre sua paisagem. Senhores impuseram regras sobre o uso da terra. Por exemplo, lavouras ‘de raiz’ eram proibidas nos roçados. Um trabalhador me disse em 2003 que a plantação de lavouras de raiz, como a bananeira, “*é um gesto que você sendo o proprietário da terra ou mesmo usineiro*”³⁵ (sic). Ao proibir alguns usos da terra, os senhores preveniam contra uma atitude entre os trabalhadores de liberdade e controle. Da perspectiva dos senhores, os trabalhadores não mandam em nada.

Temos um exemplo da penetração dessa idéia de controle sobre o uso da terra em um ofício do DOPS de 1960. Investigadores visitaram um engenho onde partidários das Ligas Camponesas atuavam. Os policiais encontraram uma situação em que os trabalhadores filiados às Ligas estavam obstruindo o uso dos sítios até que os outros trabalhadores aceitassem a autoridade de Francisco Julião.³⁶ Este exemplo demonstra a importância de questões de subsistência, mas também a difusão de certas atitudes sobre uso de terra e, genericamente, da paisagem.

As regras de moradia e as condições de produção na zona da mata afetavam as relações de trabalhadores com o meio ambiente. O poder penetrante dos senhores, inclusive a extensão do poder ao mundo natural, tinha representação no folclore da região. Uma lenda da zona da mata sobre uma serpente verde nos canaviais demonstra essa conexão. Quando a cana

³³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. “Weaving Tradition: The Invention of the Brazilian Northeast”. In: *Latin American Perspectives* 31, no. 2. 2004, p. 57. Christine Rufino Dabat articulou uma perspectiva semelhante numa comunicação escrita antes da publicação do artigo de Albuquerque: “Da calçada da casa-grande: A visão da mão-de-obra rural na obra de José Lins do Rêgo”. In: *IV Encontro Estadual de História – ANPUH*, Recife, 23 a 27 de setembro, 2002.

³⁴ SIGAUD, Lygia. “Armadilhas da Honra e do Perdão: Usos Sociais do Direito na Mata Pernambucana”. In: *Mana*. 10, no. 1. 2004, p. 138.

³⁵ Entrevista com B.C.S., Engenho Humaitá, Palmares, 25 de janeiro, 2003.

³⁶ Relatório, 11 de junho de 1960, in SSP 29343, Arquivo Estadual de Pernambuco. Ênfase no original.

amadurece, contaram trabalhadores para um folclorista, uma serpente enorme cresce também, adquirindo o papel de vigia das canas. Apesar do desejo de chupar cana, “ninguém tem coragem fácil para se meter num mundo assim defendido pela serpente verde”.³⁷ Uma interpretação da serpente seria que ela representa uma personificação de poder senhorial.³⁸

Visto que canaviais pertencem explicitamente ao senhor, tornam-se objetos de medos populares. Luís da Câmara Cascudo escreve que muita gente na zona da mata acredita que “o canavial guardava a sombra viva de seus trabalhadores mortos”. “O canavial denso, interminável, cerrado no verde uniformidade dos partidos, ondulado ao vento do anoitecer o troféu das bandeiras trêmulas”, escreve Cascudo, “era domínio respeitado na evitação comum às visitas noturnas”.³⁹ Gregório Bezerra conta uma experiência nas estradas depois de anoitecer: “o grande problema que sentia era o medo das almas, de zumbi de cavalo, de caiporas, de índios e do saci. Essas superstições me foram incutidas na cabeça desde o início de minha vida e, quanto mais crescia, mais ouvia falar nessas coisas”.⁴⁰

Apesar do poder dos senhores, visível física ou simbolicamente em toda parte, o sentimento daquele trabalhador jovem ainda é importante: a idéia de “cada pessoa no seu lugar” é poderosa. Trabalhadores entrevistados em 2003 expressaram muita afeição com a zona da mata. O espaço do engenho é espaço de poder, sim, mas também espaço da vida dos trabalhadores. Muitos dentre eles comentaram que o lugar do seu nascimento foi o mais belo e melhor lugar no mundo. Lembram com satisfação dos banhos no rio, do trabalho na roça, do tempo com família. Essas lembranças formam o outro lado da paisagem dos trabalhadores: a vida não é só sofrimento, exploração e medo. Trabalhadores da zona da mata (como no mundo todo) têm idéias de identidade, de “eu”. Enfaticamente, não são simplesmente elementos da terra, são atores da história. E este ponto demonstra a divergência entre a paisagem deles e a paisagem da elite.

Pensamentos sobre a aplicação do modelo

Quais as implicações do modelo de “imaginários paisagísticos” para um entendimento melhor da zona da mata? A mais importante, para nosso projeto, tem a ver com a narrativa da história contemporânea da região. Geralmente, a história da organização sindical, mobilização de votos e greves nos engenhos, uma história dos anos 60 e 70, é narrada com um olho (ou dois olhos) na cena política. Quer dizer, a sindicalização é um produto do trabalho dos comunistas e ativistas da Igreja. A mobilização nas eleições tem tido mesma explicação. E admito que as atividades de grupos radicais e pastorais foram críticas. Mas acredito também que existem outros aspectos da história que podem ser entendidos através de um modelo de competição e conflito entre divergentes imaginários paisagísticos.

Por exemplo, podemos narrar a mobilização do fim dos anos 50 e começo dos anos 60 assim: o poder da classe senhorial foi desafiado por uma nova classe industrial e por um grupo de profissionais agrícolas. A expansão da indústria implicou uma expansão dos canaviais das usinas. O “reino” da “paisagem que trabalha” foi ampliado. O imperativo de produção e mudanças nas técnicas agrícolas colocou mais pressão sobre os trabalhadores. Eles mesmos reagiram contra a pretensão dos senhores, nesse contexto evoluído, de manter a paisagem de poder intacta.

Referências Bibliográfia

³⁷ RIBEIRO, Joaquim. *Folclore do Açúcar*. Rio de Janeiro: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. 1977, p. 28-29.

³⁸ Idem, p. 29-33.

³⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. *Sociologia do Açúcar*. Op. cit., p. 253, 251, 250. Também existia na zona da mata um medo generalizado de noite.

⁴⁰ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Op. cit., p. 53.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. "Weaving Tradition: The Invention of the Brazilian Northeast". In: *Latin American Perspectives* 31, no. 2.

BELLO, Júlio. *Memórias de um Senhor de Engenho*. Prefácio de Gilberto Freyre, José Lins do Rego. 3 ed. Recife: FUNDARPE, 1985.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Sociologia do Açúcar*. Rio de Janeiro: IAA, 1971.

CARVALHO, José Murilo de. "Modernização Frustrada: A Política de Terras no Império". In: *Revista Brasileira de História* 1, 1981.

FERNANDES, Aníbal. *Um Senhor de Engenho Pernambucano*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1959.

FRENCH, John D. "A História Latino-Americana do Trabalho Hoje: Uma Reflexão Auto- Crítica". In: *Revista de História*. UNISINOS, Rio Grande do Sul, no. 6, 2002.

FREYRE, Gilberto. "Aspectos de um Século de Transição no Nordeste do Brasil". In: *Região e Tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

INGOLD, Tim. "The Temporality of Landscape". In: *World Archaeology* 25, no. 2. 1993.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira, 1933-1974*. 9ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1994.

MOURA, Severino Rodrigues de. *Memórias de um Camponês*. Recife: Editora Universitaria da UFPE, 1978.

MOURA, Soares de. *Saindo das Sombras. Homens Livres no Declínio do Escravismo*. São Paulo: FAPESP, 1998.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Introdução de Gilberto Freyre. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

RÊGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

RIBEIRO, Joaquim. *Folclore do Açúcar*. Rio de Janeiro: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1977.

SCHAMA, Simon. *Landscape and Memory*. New York: Vintage, 1995.

SIGAUD, Lygia. "A Morte do Caboclo: Um Exercício sobre Sistemas Classificatórios". In: *Boletim do Museu Nacional* 30, 1978.

SIGAUD, Lygia. "Armadilhas da Honra e do Perdão: Usos Sociais do Direito na Mata Pernambucana". In: *Mana* 10, no. 1, 2004.

WHITE, Richard. *The Organic Machine*. New York: Hill and Wang, 1996.